



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

**RELATÓRIO DE GESTÃO
ANO BASE 2008**

SFB

Serviço Florestal Brasileiro

SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H

70.818-900 / Brasília - DF

Tel. +55 61 3307-7272 / +55 61 3307-7269 (Fax)

www.florestal.gov.br

email: info@florestal.gov.br

Carlos Minc

Ministro do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Secretária-Executiva

Tasso Rezende de Azevedo

Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Cláudia de Barros e Azevedo-Ramos

José Natalino M. Silva

Luiz Carlos de Miranda Joels

Tasso Rezende de Azevedo

Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro

MISSÃO

Conciliar uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados.

VISÃO

Ser um órgão inovador e de excelência na gestão pública, percebido como um parceiro fundamental no desenvolvimento de uma economia florestal sustentável, com inclusão social.

Sumário

1. Identificação	6
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programas	7
2.1. Responsabilidades institucionais- Papel da unidade na execução das políticas públicas	7
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução de políticas públicas	8
2.3. Programas.....	15
2.3.1. Programa Nacional de Florestas	15
2.3.2. Principais Ações do Programa	16
2.3.2.1. Ação 2D25 - Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro	16
2.3.2.2. Ação 10F1 - Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163	21
2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional	25
2.3.2.4. Ação 10TD - Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais ...	29
2.3.2.5. Ação 20A7 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais	33
2.3.2.6. Ação 2D12 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais	36
2.3.2.7. Ação 2D13 - Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis ..	42
2.3.2.8. Ação 4641- Publicidade e Utilidade Pública.....	47
2.3.2.9. Ação 4950 - Capacitação em Atividades Florestais	50
2.3.2.10. Ação 6035- Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.....	55
2.3.2.11. Ação 8298 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável....	60
2.3.2.12 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário.....	63

2.3.2.13 Ação 8304 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais	68
2.4. Desempenho Operacional	74
2.4.1. Operacionalizar os Contratos de Transição, previstos no art. 70 da Lei no 11.284, de 2006.....	74
2.4.2. Evolução de Gastos Gerais	77
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	78
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	79
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	80
6. Previdência Complementar Patrocinada	81
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos Externos	82
8. Renúncia Tributária.....	83
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	84
10. Operações de fundos	85
11. Despesas com Cartão de Crédito	86
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	87
13. Determinações e recomendações do TCU.....	88
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	89
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	90
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	91
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	93
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	94

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla:

Serviço Florestal Brasileiro - SFB

CNPJ:

37.115.375/0001-83

Natureza jurídica:

Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

Vinculação ministerial:

Ministério do Meio Ambiente

Endereço completo da sede:

SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – CEP: 70.068-901

Endereço da página institucional na internet:

www.florestal.gov.br

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no DOU:

Lei Nº 11.284/2006 (DOU de 03/03/2006), Decreto 6.101/2007 (DOU de 27/04/2007), Contrato de Gestão e Desempenho Nº 1/2007 (DOU de 01/10/2007)

Código da UJ titular do relatório:

440075

Situação da unidade quanto ao funcionamento:

Em funcionamento

Função de governo predominante:

Gestão Ambiental

Tipo de atividade:

Gestão das florestas públicas

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI:

440075 – Serviço Florestal Brasileiro

440056 – ITTO-OIMT- Organização Internacional de Madeira Tropical

440088 – Setorial Prog.Orçamentária e Financeira - SFB

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programas

2.1. Responsabilidades institucionais- Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Serviço Florestal Brasileiro, criado pela Lei Nº 11.284, de 02 de março de 2006, art. 54 e seguintes, previsto na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, nos termos do Decreto Nº 6.101/2007, é órgão específico e colegiado, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, com autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de gestão e de desempenho Nº 1/2007, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, conforme publicado no Diário Oficial da União em 01/10/2007.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei Nº 11.284, de 2006, em especial, o disposto no art. 55, cabendo-lhe:

- I - exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 da Lei 11.284 de 2006, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF;
- II - apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;
- III - estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;
- IV - promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;
- V - propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;
- VI - criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;
- VII - estabelecer e gerenciar o Inventário Florestal Nacional;

VIII - gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

- a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;
- b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

IX - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto Nº 6.101, de 26/04/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

O Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável, instrumento esse que permite o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento, extraindo-se adequadamente produtos madeireiros e não madeireiros, tais como resinas, sementes, óleos. Além disso, o manejo adequado permite também envolvimento das populações locais, gerando renda e desenvolvimento à região, permitindo que gerações futuras possam usufruir dos recursos florestais e de todos os outros decorrentes da adequada preservação das florestas.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução de políticas públicas

A Missão do Serviço Florestal Brasileiro é “conciliar o uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados”, sintetizando os objetivos perseguidos na implantação de políticas públicas ambientais, orientadas para o desenvolvimento florestal, e com o desenvolvimento das ações de governo previstas no Programa Nacional de Florestas.

A gestão de florestas públicas para a produção sustentável tem por finalidade a proteção e conservação das florestas pertencentes à União, estados e aos municípios, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Os modelos de gestão das florestas públicas no Brasil compreendem a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais e sua gestão direta, a destinação de florestas públicas às comunidades locais e a concessão florestal.

O Serviço Florestal, que terminou o ano de 2007 com 108 pessoas, teve uma evolução em seu quadro de pessoal abaixo do imaginado, finalizando o ano de 2008 com 146 funcionários sendo 59 dedicados às ações de fomento e pesquisa, nos Centros Especializados, 82 desempenhando suas atividades na administração central e 6 atuando na Unidade Regional da BR163, do Purus-Madeira e Sul. A maior parcela do aumento no número dos servidores é devida à incorporação dos Centros Especializados LPF e CENAFLO. Cerca de um terço da equipe do Serviço Florestal está lotada nos centros.

A ampliação da força de trabalho alocada na administração central do Serviço Florestal, de apenas 38 pessoas, pode ser considerada insuficiente, face aos desafios impostos na estruturação do órgão e à implantação de um novo modelo de gestão florestal do país. Esse desempenho pode ser, em parte, explicado pela baixa efetividade no mecanismo de requisição de servidores. Esta alternativa oferecida tem sido pouco efetiva devido à situação generalizada de falta de servidores nos órgãos federais e à ausência de benefícios oferecidos.

Foi realizado, em dezembro de 2008, processo seletivo simplificado para contratação de 100 servidores temporários, distribuídos em 25 (vinte e cinco) especialidades diferentes. Os servidores temporários serão distribuídos, assim que se apresentarem ao Serviço Florestal Brasileiro, por todas as gerências e Unidades Regionais, com o intuito de fortalecer a instituição e auxiliar órgão no cumprimento de suas metas.

Importante ressaltar que houve a substituição do Ministro de Estado de Meio Ambiente em junho de 2008, alterando-se também a forma de gestão de alguns procedimentos.

Os principais resultados e produtos obtidos para a implantação da gestão das florestas compreendem:

Publicação do primeiro Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2009)

Em 2008 foi publicado o segundo Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2009), documento que identifica, anualmente, as florestas públicas passíveis de concessão para o manejo florestal sustentável e a exploração de produtos e serviços nessas florestas, bem como um conjunto de medidas e recursos necessários para a gestão das florestas públicas, especialmente os voltados monitoramento e fiscalização, de forma a garantir a sustentabilidade das ações empreendidas.

Para a seleção das florestas públicas passíveis de concessão, consideram-se aquelas de domínio da União, cadastradas até junho de 2008 no CNFP. O processo de seleção de florestas públicas aptas para concessão é regido por critérios definidos na Lei Nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.063/2007 de 20 de março de 2007.

Os estados do Amapá e Pará elaboraram os seus primeiros Planos Anuais de Outorga Florestal, identificando as florestas estaduais passíveis de concessão. Esses planos foram considerados nas análises realizadas para a seleção das florestas federais passíveis de concessão em 2009, para que haja uma ação coerente entre as diferentes esferas de governo.

Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) tem por finalidade reunir de dados sobre as florestas públicas brasileiras, permitindo as iniciativas de planejamento da gestão florestal. O CNFP foi instituído pela Lei Nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.063/2007, tendo seus procedimentos operacionais fixados pela Resolução Nº 02/2007, do Serviço Florestal Brasileiro. O CNFP é composto pelo conjunto de informações, especializadas ou não, presentes no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e nos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e será interligado ao Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Em 2008, foi realizada a primeira atualização das informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, onde informações sobre as florestas públicas federais, juntamente com as informações incluídas pelos estados da federação, podem ser acessadas por meio da rede mundial de computadores - Internet. Entre as funcionalidades do sistema criado destacam-se a inclusão de informações georreferenciadas (possíveis de serem visualizadas em mapas), a

emissão de relatórios, a realização de buscas e o descarregamento (download) das informações.

Comparativamente ao ano de 2007, houve um acréscimo de 17 milhões de hectares de florestas públicas inseridas no CNFP. A área de florestas destinadas cadastradas aumentou em 12,71%, enquanto a área de florestas não destinadas cadastradas diminuiu 13,25%. Isto significa que parte das florestas públicas brasileiras que não estavam destinadas no ano de 2007 foram destinadas em 2008.

As florestas públicas do Brasil, inseridas no CNFP até 2008, compreendem uma área de 210,9 milhões de hectares, o que representa cerca de 25% do território nacional, sendo 198,5 milhões de hectares de florestas federais (94%) e 12,3 milhões de hectares de florestas estaduais (6%).

Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

O desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Florestais, criado pela Lei 11.284/2006, e que se encontra vinculado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), vem contribuindo para a implantação do Portal da Gestão Florestal, instrumento de difusão de informações orientado para promover a transparência e publicidade sobre a gestão florestal no país, permitindo o acompanhamento dos programas e ações desenvolvidas pelas instituições públicas responsáveis pela gestão de florestas. Esse conjunto de sistemas de informação é subsídio fundamental ao planejamento, monitoramento, controle e gerenciamento florestal por parte dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e busca atender às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 379/2006, e ao Decreto Nº 5.975/2006, que tratam da integração, padronização, transparência, divulgação de informações e controle dos produtos e subprodutos florestais.

O ano de 2008 foi dedicado à avaliação do protótipo do Portal da Gestão Florestal, o qual encontra-se hospedado no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (www.florestal.gov.br), e dos procedimentos propostos pelo primeiro Grupo de Trabalho (GT1), maior aproximação dos estados e conhecimento a respeito da situação de cada um e troca de idéias para o desenvolvimento da estratégia de integração dos sistemas ao Portal.

Para essas atividades foi criado o Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria MMA nº 503, de 3 de outubro de 2007, para propor uma estratégia de integração das entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ao Portal da Gestão Florestal, criado para articular, padronizar e divulgar informações sobre as atividades de controle dos produtos e subprodutos florestais, e tornar os mecanismos e resultados da gestão florestal transparentes para a sociedade. O Grupo de trabalho foi coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro e integrado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática da Secretaria Executiva); do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente –ABEMA, além do próprio Serviço Florestal.

Em 08 e 09 de abril de 2008 foi realizada a 1ª Oficina de Integração dos Sistemas de Informação dos Órgãos do SISNAMA ao Portal Nacional da Gestão Florestal, no Centro de Convenções Israel Pinheiro, Brasília – DF. Participaram da oficina dois representantes de cada um dos 27 estados, sendo um da área de gestão florestal e outro da área de tecnologia da informação, além de outros representantes de instituições federais e da ABEMA, totalizando 83 participantes.

Inventário

A partir de uma metodologia nacional, que foi concebida e avaliada em duas oficinas nacionais, o Serviço Florestal iniciou o seu detalhamento por meio da elaboração de manuais de campo e realizou testes em diferentes biomas brasileiros.

O teste metodológico do Inventário Florestal Nacional se refere fundamentalmente às coletas de campo, tanto de dados de vegetação como das entrevistas com usuários das florestas. Os aspectos relevantes são a coleta de dados, o planejamento logístico e treinamento das pessoas envolvidas. Os biomas mapeados foram: Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, e Mata Atlântica.

Os resultados dos testes realizados nos biomas estão sendo sistematizados, tendo em vista a necessidade de alcançarmos uma metodologia nacional, descrita num único manual de campo. Isto será concluído e apresentado em reunião com a equipe de elaboração da

metodologia nacional e especialistas nacionais, o que concluirá a fase de desenvolvimento metodológico das coletas em campo.

Monitoramento de Florestas Públicas

No ano de 2008 a continuidade do acompanhamento do cumprimento dos contratos de transição realizou-se, primeiramente, por meio do controle de emissão de Guias Florestais (GF1) a partir do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará - CEPROF-PA, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, uma vez que o estado do Pará, bem como os estados de Mato Grosso e Rondônia, utilizam mecanismos próprios para o controle da movimentação de matéria-prima florestal, em lugar do Documento de Origem Florestal – DOF desenvolvido pelo IBAMA.

Complementarmente, no período de julho a agosto de 2008, a equipe do Serviço Florestal Brasileiro realizou visitas de campo a seis planos de manejo, sob contrato de transição, localizados no Distrito Florestal da BR-163, nos municípios de Trairão, Novo Progresso e no distrito de Altamira de Castelo dos Sonhos. Em dezembro foi vistoriado o PMFS sob contrato de transição localizado no município de Portel. Estas visitas de campo de monitoramento dos PMFS avaliaram o andamento e a situação destes projetos.

Em 2008 a metodologia do Sistema de Detecção de Exploração Florestal (DETEX) foi utilizada pelo Serviço Florestal Brasileiro para a detecção de frentes de exploração seletiva e/ou outras atividades antrópicas que tenham implicado na remoção de vegetação ocorridas em áreas das Florestas Nacionais de Jamari e Saracá-Taquera, respectivamente, licitada em 2008 e a ser licitada em 2009. Estas informações devem contribuir sobremaneira para o acionamento do IBAMA para a condução de operações de fiscalização coibindo assim o avanço da fronteira de exploração predatória em direção às áreas de florestas públicas.

Publicação do primeiro Edital de Concessão de Floresta Pública

A publicação do primeiro edital de concessão de floresta pública para o manejo florestal sustentável, em 14 de novembro de 2007 foi o resultado do esforço de planejamento, regulamentação da Lei 11.284/2006 e de desenvolvimento técnico, permitindo a implantação do então inédito mecanismo de gestão florestal. O primeiro processo de Concessão Florestal

foi iniciado em 2007, para um lote de 96.361 ha, localizado na Floresta Nacional do Jamari/RO, constituído de três Unidades de Manejo Florestal (UMF), sendo, uma unidade de manejo pequena (em torno de 17 mil ha), uma média (em torno de 33 mil ha) e uma grande (em torno de 46 mil ha).

O processo de habilitação das empresas se iniciou em 14 de janeiro de 2008 e se encerrou em 29 de maio de 2008. Os contratos das três UMFs foram assinados em outubro de 2008. O processo licitatório foi aprovado pelo TCU e não houve recurso final contestando a decisão que concedeu o direito de exploração da UMF I ao consórcio liderado pela empresa Alex Madeiras Ltda., o da UMF II à Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e o da UMF III à Amata S/A. A partir da assinatura dos contratos deu-se início à fase de execução da concessão florestal

Participação Social na Gestão de Florestas Públicas

As florestas comunitárias se revestem de significativa importância, em função tanto da sua grande abrangência, perfazendo mais de 150 milhões de hectares, quanto por sua importância social e econômica, uma vez que o uso destas florestas gera produtos e renda para uma população superior a 2 milhões de pessoas que habitam essas áreas.

As ações de apoio ao Manejo Florestal Comunitário estão sendo desenvolvidas, principalmente na Amazônia, com prioridade para os assentamentos e para as áreas previstas no PAOF e seus arredores, buscando-se com isso uma sinergia entre as atividades do setor empresarial e o setor comunitário, contribuindo para a criação de uma economia de base florestal sustentável nestas regiões

As ações de 2008 estiveram voltadas para realização de diagnósticos e da constituição no âmbito de governo de um quadro institucional de convergência de ações. O Serviço Florestal tem coordenado um processo onde instituições como o INCRA, ICMBio, IBAMA e FUNAI estão discutindo áreas prioritárias e ações conjuntas para apoio ao MFC.

Os assentamentos estão entre as modalidades de florestas públicas mais ameaçadas de deixarem de ser florestas. Esse cenário faz com que o desenvolvimento de Manejo Florestal Comunitário em assentamentos seja uma das prioridades da política de gestão de florestas públicas.

2.3. Programas

2.3.1. Programa Nacional de Florestas

As ações desenvolvidas pelo órgão se inserem no Programa 0506 – Nacional de Florestas, que tem por objetivo de Governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional”.

O Objetivo Setorial do Programa orienta-se a “Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social”.

Importante ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro desenvolve algumas ações do Programa Nacional de Florestas, cuja coordenação principal fica a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Tabela I – Dados gerais do programa

0506-Programa Nacional de Florestas	
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Não localizado no Sigplan
Indicadores ou parâmetros utilizados	1)Área de Florestas Plantadas; 2) Área de Florestas naturais em regime de manejo sustentável; 3) Área de florestas com alto valor para conservação protegida; e 4) Áreas degradadas recuperadas.
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

2.3.2. Principais Ações do Programa

O Serviço Florestal Brasileiro - SFB, por intermédio das Unidades Gestoras 440075 – Serviço Florestal Brasileiro e 440056 – ITTO-OIMT- Organização Internacional de Madeira Tropical operou em 2008 as seguintes ações:

2.3.2.1. Ação 2D25 - Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro

Tabela II - Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro e unidades de administração dos Distritos Florestais Sustentáveis no tocante à sua estrutura e mobilidade administrativa.
Descrição	Aplicação de recursos de forma direta ou descentralizada visando maximizar a aplicação e racionalizar o uso do recursos orçamentários em prol do funcionamento eficaz do Serviço Florestal Brasileiro na administração e promoção da gestão de florestas públicas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Ayrton Maurício Azeredo Silva
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-

Competências institucionais requeridas para execução da ação

-

Tabela III – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	5.012.975	6.809.293	4.735.222	1.877.872	69,54%
Física	-	-	-	-	-

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = não existe unidade de medida para ação

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação;

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.220.300,73
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	433.251,86
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	337.610,85
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	219.319,18
INDENIZACOES E RESTITUICOES	154.677,56
MATERIAL DE CONSUMO	93.591,24
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57.006,48
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.251,52
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	197,88

As viagens realizadas na ação foram realizadas por servidores e convidados do Serviço Florestal, em cursos de capacitação e em viagens de trabalhos diversos não enquadrados em nenhuma das ações finalísticas do Órgão.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância;

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Não se aplica ao caso, uma vez que não existe meta física, trata-se de ação administrativa que substitui a ação padrão Gestão e Administração do Programa, utilizada por outra unidade no mesmo programa. Os recursos foram suficientes para execução da ação.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expediente de uso diário aplicados nas áreas do SFB para execução de suas atividades foram adquiridos por meio dessa ação, tais como papel para impressão, toners para impressoras, plaquetas patrimoniais e diversos outros itens de expediente.

Importante ressaltar que o SFB ocupa uma área aproximadamente de 5.500 m², localizada numa área interna ao lado do edifício sede do IBAMA, em Brasília, onde estão distribuídas todas as suas gerências, assessorias, gabinete e laboratório, com exceção das Unidades Regionais. No final de 2008, iniciou-se uma reforma no bloco “G”, anteriormente ocupado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN/MMA), como forma de melhor acomodar uma parte do seu quadro funcional.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

O Serviço Florestal Brasileiro por ser um órgão muito recente, com início efetivo de funcionamento em junho de 2006 encontra-se em processo de estruturação de seu quadro de pessoal, composto por servidores do quadro permanente e temporário do Ministério do Meio ambiente, por servidores cedidos ou requisitados de outros órgãos da administração pública federal, e por mão-de-obra terceirizada para a realização de serviços de apoio operacional e administrativo.

Ao final do exercício de 2008 o quadro total do órgão era de 146 (cento e quarenta e seis) funcionários, dos quais pode-se destacar 38 (trinta e oito) alocados para a Ação Funcionamento do Serviço Florestal, que apesar de não estarem a totalidade do tempo voltado à essa ação, tem a maior parte de seu tempo alocado para o cumprimento da ação. Dentro do número de funcionários foram considerados os servidores alocados na Diretoria, Gabinete e Gerência de Administração e Logística. Na avaliação do órgão, o quantitativo de pessoal ainda está aquém do desejável, uma vez que pela demanda de trabalho e cumprimento das metas, seria necessário um contingente superior no quadro de pessoal.

Como forma de treinamento, procurou-se ao longo do ano de 2008, capacitar os funcionários, por meio de cursos internos e externos, no que tange a processos administrativos, procedimentos de compras e licitações, gestão de contratos, que têm agregado informações de grande valia para o órgão, no sentido de realizar suas atividades que se coadunam com as boas práticas da administração pública.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Em 2008 o Serviço Florestal contou com contratações importantes no sentido de realizar suas atividades de modo mais eficiente, procurando sempre agregar transparência aos seus atos. Nesse diapasão, a grande maioria das compras e contratações de serviços foram realizadas por meio da ferramenta do pregão eletrônico, que confere maior rapidez e eficácia no uso dos recursos públicos.

Em 2008, em função do Contrato de Gestão e Desempenho firmado com o Ministério do Meio Ambiente, que confere maior autonomia ao órgão, foram realizadas contratações que permitiram ao órgão uma maior fluidez na execução de seus serviços, contribuindo também para o fortalecimento da instituição e conferindo maior experiência à sua equipe

administrativa, já vislumbrando-se a transformação do Serviço Florestal Brasileiro em uma autarquia.

Dentre os contratos firmados, seguem alguns que merecem destaque: contratação de empresa de prestação de serviço terceirizado para os trabalhos direcionados aos serviços de apoio administrativos; empresa especializada em serviços de impressão e cópias; disponibilizando máquinas xerográficas para o uso interno; serviços de transporte de servidores, serviços de emissões de passagens e locação de veículos para a execução dos trabalhos do SFB, serviços gráficos entre outros.

Todos os materiais para o uso interno do Serviço Florestal em 2008 foram adquiridos por meio da ação Func-SFB, dentre os quais notebooks, periféricos de informática, HDs para reposição em notebooks, softwares, aquisição de um sistema informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD.

Foram adquiridos também mobiliários novos para uso no novo Bloco ocupado pelo órgão, forno micro-ondas, um fogão e uma geladeira para uso da copa, além de serviços de manutenção no elevador do CENAFLOR e instalação da rede telefônica entre o SFB, LPF e CENAFLOR, manutenção nos aparelhos de ar condicionado do LPF e SFB.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Repassou-se recursos ao MMA como destinatária a Gráfica Ideal no valor de R\$ 50.201,90 e a Poliedro Informática e Consultoria no valor de R\$ 385.298,97, referente aos contratos celebrados para serviços de gráfica e prestação de serviços de tecnologia da informação, respectivamente.

Repassou-se, também, à FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 50.000,00 em atendimento ao projeto UFT/062, referente à consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestal.

2.3.2.2. Ação 10F1 - Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163

Tabela IV – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Demarcar as florestas públicas da União, localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR163, permitindo a operacionalização das Concessões Florestais.
Descrição	Identificação e delimitação de terras públicas da União com vocação para o manejo florestal sustentável como Florestas Públicas e realização de sua demarcação em campo por intermédio de marcos geodésicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Gustavo Chaves Machado
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela V – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	5.825.972	3.222.994	495.900	0	15,39%
Física	1.747.792		0		0,00%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = ha de florestas demarcadas

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	495.900,00
--	------------

Não existem gastos com diárias e passagens.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado, com outros órgãos de governo que executam os serviços de demarcação, bem como a tomada de preços com empresas que atuam na região amazônica.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expediente consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner,...), não tendo nenhum material que mereça destaque.

A Gerência de Cadastro, responsável pela ação, ocupa 1 (uma) sala no Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLO), com estrutura para abrigar 3 (três) funcionários.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

O baixo número de funcionários, 3 (três) no início do ano e somente 1 (um) ao final do ano no quadro da Gerência Executiva do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e os impasses de âmbito jurídico e de planejamento institucional interferiram, negativamente, na execução serviços e contratações de demarcação em outras áreas.

Para a Ação de Demarcação havia 1 (um) funcionário, requisitado da FUNAI, com atribuições específicas de coordenação do planejamento dessa atividade na Gerência de Cadastro, que desenvolveu um bom trabalho relativo à elaboração dos manuais de demarcação do Serviço Florestal Brasileiro. Infelizmente, o servidor em questão retornou ao órgão de origem e até o fim do ano não havia sido nomeado substituto.

A racionalização e efetividade dos gastos com capacitação foram atingidas com cursos de operação de equipamentos para demarcação, onde uma maior quantidade de servidores puderam ser capacitados, mesmo os que não atuam diretamente na área. Também foram beneficiados os servidores que participaram das atividades *in loco* com o treinamento prático nos estudos de viabilidade da execução dos serviços a serem contratados

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

As parcerias e contratações na execução dos serviços preliminares como a elaboração das normas de demarcação a elaboração de editais e o acompanhamento do contrato tem sido fundamental para a perfeita realização do objeto.

Foi contratada a empresa para a realização da demarcação das Unidades de Manejo Florestal, onde foram implantados marcos físicos georreferenciados, que delimitam os limites de cada unidade. Essa atividade, além de ser uma determinação legal da Lei de Gestão de florestas Públicas (Lei 11.284/06) e de sua posterior regulamentação (Decreto 6.063/07), é uma ferramenta essencial para a correta operação florestal em campo por parte dos concessionários, bem como de monitoramento da execução do Plano Operacional e de verificação do volume de material retirado da floresta.

A contratação de consultorias de pessoa física especializada com o aporte de recursos advindos de organismos internacionais demonstrou-se ágil e eficaz na resolução de desafios de ordem técnica.

Com o atual e pequeno contingente de servidores, as contratações para execução dos serviços é a única alternativa do Serviço Florestal Brasileiro na demarcação das florestas públicas, os trabalhos nesta área demandam grande tempo de permanência em campo, sendo isso incompatível com o atual quadro de funcionários.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Não houve.

2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional

Tabela VI – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Elaborar o Inventário Florestal Nacional.
Descrição	Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando a produção de relatório quinquenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade por meio da rede mundial de computadores (Internet). A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, facilitando a sua gestão e demonstração da participação florestas na economia do país, assim como subsidiando a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas dos quais o Brasil é signatário, tais como a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre espécies ameaçadas - Cites e Convenção da Diversidade Biológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Joberto Veloso de Freitas
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela VII – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.600.000	1.600.000	121.664	65.495	7,60%
Física	16,00		0,5		3,13%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = % execução física de inventário realizado

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.760,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	23.000,00
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.688,34
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.216,22

Os gastos com passagens e diárias foram devidos à necessidade de viagens para participação de reuniões com parceiros sobre o desenvolvimento da metodologia. Destaca-se neste caso, ações conjuntas desenvolvidas com Embrapa-Florestas, localizada em Colombo-PR (região metropolitana de Curitiba), que é parceira do Serviço Florestal no Inventário Florestal Nacional desde o início das atividades, sendo responsável pela sistematização da metodologia no Manual de Campo do Inventário Florestal Nacional (IFN). Houve também a realização de reuniões técnicas em que houve a necessidade de participação de especialistas de Universidades e instituições de pesquisa.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque. A Gerência de Informações, responsável pela ação, ocupa uma área de dentro da sede do Serviço Florestal onde está lotada sua equipe.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Utilizou-se na maioria das atividades a própria equipe do Serviço Florestal, que é composta de 6 (seis) pessoas (Gerência de Informações Florestais), tendo havido também a participação de 5 (cinco) pesquisadores da Embrapa-Florestas e, eventualmente, a participação de colaboradores de Universidades (UFPR, UFRA, UFSM, UFRRJ, IBGE, UnB, IBAMA e INPA) em temas específicos.

O número reduzido de pessoal no Serviço Florestal foi um gargalo para o desenvolvimento de atividades em 2008. Para solucionar este problema, foi realizado um processo de seleção para a contratação de temporários, com previsão de contratação em maio de 2009.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Na fase de detalhamento da metodologia do Inventário Florestal Nacional, em 2008, foi de grande importância as parcerias realizadas com a Embrapa-Florestas, Universidades e instituições de pesquisa.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em atendimento ao projeto UTF/062, referente à consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.4. Ação 10TD - Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

Tabela VIII – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Implementar e consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.
Descrição	Apoio ao planejamento florestal regional e dos Distritos Florestais Sustentáveis, utilizando o portal de acesso a informações sobre o uso sustentável das florestas do Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Joberto Veloso de Freitas
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela IX – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.400.000	1.400.000	179.948	79.189	12,85%
Física	19,00		2,00		10,53%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = % execução física de sistema implantado

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	99.760,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	16.000,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	7.498,00
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.188,38
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	501,68

Os gastos com passagens e diárias foram devidos à necessidade de viagens para participação de reuniões com parceiros. Destacam-se reuniões de redes de parcelas permanentes do biomas (Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) e seminário nacional de informações sobre a dinâmica das florestas.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque. A Gerência de Informações, responsável pela ação, ocupa uma área de dentro da sede do Serviço Florestal onde está lotada sua equipe.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Trabalhou-se na maioria das atividades com a própria equipe do Serviço Florestal, que é composta de 6 (seis) pessoas (Gerência de Informações Florestais). O número reduzido de pessoal no Serviço Florestal foi um gargalo para o desenvolvimento de atividades em 2008. Para solucionar este problema, foi realizado um processo de seleção para a contratação de temporários, com previsão de contratação em maio de 2009.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

A produção de informações deve ser baseada em parcerias com instituições que produzem ou agregam informações de cadeias produtivas e segmentos do setor florestal. Destaca-se em 2008 o estabelecimento de parceria com a Fundação Florestal de São Paulo, que desenvolveu um sistema de informações para aquele estado (Sisflor).

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em atendimento ao projeto UTF/062, referente a consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.5. Ação 20A7 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais

Tabela X- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover o desenvolvimento e transferência tecnológica para a ampliação da oferta e agregação de valor aos produtos madeireiros, não madeireiros e de serviços ambientais da silvicultura com espécies nativas e dos sistemas de produção agroflorestal. Buscar o desenvolvimento, em todo o Brasil e em específico nos distritos florestais sustentáveis, de cadeias produtivas que proporcionem a geração de emprego, renda, inclusão social e benefícios sociais para produtores familiares, pequenos e médios produtores rurais.
Descrição	Promover o fortalecimento e a implantação centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos, e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	José Natalino Silva
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XI – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.600.000	1.254.835	0	0	0,00%
Física	21,00		0,00		0,00%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = unidade de tecnologia difundida

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nesta ação, a execução física e financeira desta ação estava prevista para ser executada em Marabá, estado do Pará, região de forte demanda para estabelecer áreas demonstrativas de recuperação de áreas alteradas. A razão para a escolha de Marabá era a existência de um viveiro no local sem utilização pertencente e um laboratório de sementes instalado dentro da área do viveiro, cujos equipamentos foram disponibilizados pela Prefeitura de Marabá. Ambos, viveiro e laboratório de sementes, estavam inoperantes.

Uma visita ao local foi feita pelo responsável pela ação, juntamente com uma pesquisadora da Embrapa, para avaliar o estado do viveiro e laboratório. A Assessoria Jurídica do Serviço Florestal Brasileiro Jurídica concluiu pela inviabilidade da aquisição, seja pela compra, seja pela desapropriação. O estado do Pará, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR) se mostrou interessado em realizar uma parceria para administrar e conduzir as atividades do futuro Centro de Silvicultura de Espécies Nativas com o apoio técnico da Embrapa. No momento o IDEFLOR está fazendo esforços no sentido de adquirir as instalações do viveiro e laboratório de sementes.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Uma vez que não houve execução física e financeira, não houve também fonte de financiamento.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Não se aplica, uma vez que não houve gastos.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Não houve.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Não houve.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não se aplica, uma vez que não houve gastos.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Não houve.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Não houve.

2.3.2.6. Ação 2D12 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

Tabela XII- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	<p>Empreender as iniciativas de gestão das florestas públicas, promovendo o monitoramento das condições ambientais, do uso dos recursos naturais e das atividades antrópicas, bem como licitar e administrar contratos de concessão florestal, buscando garantir a sua proteção ecológica, biológica e cultural, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento local, a transparência, a segurança jurídica e a continuidade das ações empreendidas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o pagamento pelo uso dos recursos.</p>
Descrição	<p>Implementação das ações relativas à gestão das florestas públicas da União, estados e municípios, buscando a efetividade no cumprimento dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis dos contratos de transição de continuidade do manejo e dos contratos de concessão florestal. Efetuar estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio, desenvolver estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para manejo florestal, considerando suas características intrínsecas e a adequação a aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte. Definição das normas e parâmetros contratuais e das obrigações das partes, desenvolvendo a fiscalização e acompanhamento dos contratos. Disposição sobre as normas e técnicas de controle da produção, incluindo o uso de tecnologias de rastreamento da produção. Monitoramento da proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de florestas públicas, dos corpos d'água, da proteção das florestas públicas contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas. Monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista, da existência de conflitos socioambientais, dos impactos sociais, ambientais, econômicos e outros que possam afetar a segurança pública e a defesa nacional, tomando as providências cabíveis para sua regularização. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro

Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Tasso Rezende de Azevedo
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XIII – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	8.167.022	9.567.022	3.096.261	801.614	32,36%
Física	1.000.000,00		96.000,00		9,60%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = ha de contratos geridos

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

SERVICOS DE CONSULTORIA	1.860.350,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	421.935,63
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	400.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	225.154,84
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	62.349,88
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	47.476,19

MATERIAL DE CONSUMO	22.102,43
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	21.787,50
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	19.852,76
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.087,55
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	1.102,52
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	371,67

Os gastos relacionados com as despesas com diárias e passagens foram realizados em viagens para elaboração de estudos técnicos prévios e monitoramento das áreas indicadas para concessão florestal, conforme indicado pela Lei de Gestão de florestas Públicas (Lei 11.284/06)

Nas áreas já definidas como objeto de concessão florestal, como é o caso Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em Rondônia e da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará, as viagens objetivaram a realização de reuniões técnicas com os governos municipais e estaduais, com os Conselhos Consultivos das Flonas, além da promoção de diversas audiências públicas sobre os editais e processo de concessão, abertas a todos os cidadãos dos municípios envolvidos, com o intuito de esclarecer dúvidas e colher sugestões e críticas às propostas apresentadas.

Dentro da ação foram realizadas também viagens para monitoramento das áreas submetidas a contratos de transição no estado do Pará, no sentido de se avaliar o cumprimento de todas as condições ambientais e sociais estabelecidas nos Planos de Manejo aprovados.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque. A Gerência de Informações, responsável pela ação, ocupa uma área de dentro da sede do Serviço Florestal onde está lotada sua equipe.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

A Ação Planejamento e Gestão das Concessões Florestais, envolve diretamente 3 (três) Gerências do Serviço Florestal sendo elas : Gerência de Planejamento, Gerência de Concessões Florestais e Gerência de Monitoramento, que no somatório de seus funcionários totalizam 15 (quinze) funcionários, número esse, também muito abaixo do necessário para o pleno funcionamento e atendimento às metas do órgão.

Quanto a capacitações, procurou-se fornecer treinamento às equipes, mesmo sem um planejamento prévio, de modo a oferecer instrução e ferramentas para o correto desempenho de suas funções.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Dentre as contratações destacam-se os serviços de elaboração dos Planos de Manejo Florestal para várias Unidades de Conservação incluídas no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), onde identificou-se grande potencial para aplicação do manejo florestal sustentável. O Plano de Manejo aprovado pelo órgão competente é o primeiro passo para a realização da concessão florestal. Há de se destacar que a grande maioria das Unidades de Conservação da Amazônia não tem Plano de Manejo.

Dentre as compras realizadas, procurou-se equipar as gerências em especial a Gerência de Monitoramento, com a compra de materiais e equipamentos para uso em campo, tais como GPS de alta precisão, filmadoras, câmeras fotográficas.

Em relação às parcerias, as viagens à região da Flona Jamari, primeira área de concessão florestal, estreitaram as relações com o Governo Estadual, tendo havido inclusive uma reunião com o Governador, além de reuniões técnicas com a Assembléia Legislativa, quando foi possível dirimir várias dúvidas sobre o processo de concessão, além de divulgar as ações do Serviço Florestal e explanar o objetivo do Plano anual de Outorga Florestal.

Por fim as audiências públicas realizadas em Rondônia e Pará, a respeito dos editais de concessão florestal na Flona Jamari e Flona Saracá-Taquera respectivamente, contribuiu imensamente para estabelecimento de parcerias com os governos municipais e foram de extrema importância para que a população contribuísse através de com questionamentos e críticas ao processo.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em atendimento ao projeto UTF/062, referente à consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

Repassou-se, também, ao IBAMA o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cujo objeto consiste no monitoramento em área de floresta pública sob contrato de transição de concessões florestais, nos municípios de Pacajás e Portel - PA.

• vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa

O valor repassado ao IBAMA refere-se à fiscalização de área sob contrato de transição, para manutenção da integridade física e ambiental da área, uma vez que foi verificado pela equipe de monitoramento do Serviço Florestal e pelo próprio Detentor do Plano de manejo invasão da área para retirada de madeira. O IBAMA é o órgão responsável e com competência para realizar a fiscalização.

• problemas relativos a inadimplência quando a recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores

Não houve.

2.3.2.7. Ação 2D13 - Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis

Tabela XIV- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar os processos de criação e implementação dos complexos geo-econômico-social representados pelos Distritos Florestais Sustentáveis.
Descrição	<p>Promoção da integração e da sinergia na atuação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na área de abrangência dos Distritos Florestais Sustentáveis, no sentido de viabilizar a produção florestal, de forma sustentável e integrada com os demais setores da economia, alçando as cadeias de produção de base florestal ao centro da dinâmica econômica regional.</p> <p>Promoção da integração e da sinergia na atuação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na área de abrangência dos Distritos Florestais Sustentáveis, no sentido de viabilizar a produção florestal, de forma sustentável e integrada com os demais setores da economia, alçando as cadeias de produção de base florestal ao centro da dinâmica econômica regional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Luiz Carlos de Miranda Joels
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XV – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	3.140.640	3.140.640	1.236.546	1.212.073	39,37%
Física	2,00		3,00		150,00%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = unidade de distrito florestal implantado

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	443.899,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	106.137,83
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	631.810,50
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	21.199,67
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	18.131,26
MATERIAL DE CONSUMO	15.352,31
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	5.513,16

As viagens realizadas na ação Distritos foram feitas por servidores do Serviço Florestal em ações voltadas às concessões florestais vinculadas à Unidade Regional da BR 163, cuja área de abrangência envolve o Distrito Florestal da BR163, região de grande pressão por terras e que por essa razão tem uma das maiores taxas de desmatamento do país. Dentro da política de gestão sustentável das florestas públicas o Serviço Florestal realizou diversas viagens à região com o objetivo de realizar consultas públicas com a população local, além de reuniões técnicas, sobre o edital de concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

Importante ressaltar que o Serviço Florestal também tem realizado vários estudos em outras unidades de conservação, como é o caso da APA Tapajós, dentro da área de

abrangência do Distrito Florestal da BR163, no sentido de se verificar a viabilidade técnica e social de realização de concessões florestais também nessas áreas.

Uma parcela dos valores de passagens e diárias foi também utilizado para viagens técnicas à região da Floresta nacional de Jamari, em Rondônia, onde ocorreu a primeira concessão de floresta pública.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Foram gastos recursos para manutenção dos veículos oficiais da frota do SFB que se encontram nos distritos de Santarém e Porto Velho e, também na contratação da empresa Beira Rio Comércio e Representação para o fornecimento de combustível destes veículos.

Em relação a espaço físico tem-se:

- UR-Sul - Funciona no espaço físico da Embrapa Floresta.
- DFS BR 163 - Funciona no espaço físico da LBA - Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia.
- UR-Purus Madeira - Funciona no espaço físico do SIPAM.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

As Unidades Regionais, não possuem um quadro permanente de pessoal, sendo formado por servidores comissionados, temporários e cedidos por outros órgãos, com um quantitativo muito abaixo do desejado para cumprimento das atividades necessárias.

Para melhor ilustrar a lotação existente nas unidades e local de funcionamento, seguem abaixo:

- UR-Sul - dois servidores - um comissionado e outro temporário.
- DFS BR 163 - três servidores - dois comissionados e dois cedidos por outro órgão.
- UR-Purus Madeira - três servidores - dois comissionados e um cedido por outro órgão.

Dessa forma, e considerando que as unidades foram recém criadas (todas em 2008), ainda não contam com plano de cargos e funções devidamente especificados em número e perfil, não podendo ser comparadas ou desenvolvidas as competências e habilidades individuais com as requeridas para seu funcionamento.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

As Unidades Regionais criadas recentemente, não contam com efetivo de servidores em número suficiente para tão importante ação. É necessária a contratação de novos servidores para atuar na gestão das florestas públicas.

No exercício de 2008 foram adquiridos 5 (cinco) veículos Pick-up tipo L200, 4 x 4 para o uso nas viagens de campo pelas equipes das Unidades Regionais da BR 163 e do Purus madeira. Contratou-se, também, empresa para fornecimento de combustível para os veículos dos Distritos BR 163 e Purus Madeira.

As principais ações desenvolvidas foram focadas em apoio a atividades de outros órgãos na regularização fundiária, no cadastramento das florestas públicas, definição de uso de áreas públicas para promoção de estudos técnicos, discussões para definição das ações de apoio em treinamento e capacitação em ciência e tecnologia e assistência técnica nas cadeias de base florestal.

As parcerias com entidades governamentais locais tais como INCRA, SIPAM, IBAMA realizadas pelas Unidades Regionais têm contribuído para a realização de um bom trabalho para a gestão de florestas públicas. Dessa forma, para esse primeiro ano as metas foram atingidas, e, com maior reconhecimento da presença do Serviço Florestal Brasileiro na região e sua competência na gestão de florestas públicas.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado para a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em atendimento ao projeto UTF/062, referente a consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.8. Ação 4641- Publicidade e Utilidade Pública

Tabela XVI- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Luis Gonçalves da Motta
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XVII – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	500.000	500.000	0	0	0,00%
Física	-	-	-	-	-

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = não existe unidade de medida para ação

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nesta ação devido a dificuldade de estrutura operacional do Ministério do Meio Ambiente, o órgão em questão não dispõe de meios exigidos para o investimento de recursos sob a rubrica PUP, como agência de propaganda ou veículo próprio de Comunicação.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Uma vez que não houve execução financeira, não houve também fonte de financiamento.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Não se aplica, uma vez que não houve gastos.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Não houve.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Não houve.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não se aplica, uma vez que não houve gastos.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Não houve.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Não houve.

2.3.2.9. Ação 4950 - Capacitação em Atividades Florestais

Tabela XVIII- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover a qualificação de recursos humanos para a adoção das técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.
Descrição	Promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais à geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo. Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro é essencial para viabilizar a sua, a ação promove e articula, no âmbito federal, e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Estas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Cristina Galvão Alves
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XIX – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.600.000	1.600.000	367.760	218.908	22,99%
Física	640,00		711,00		111,09%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = unidade de pessoas capacitadas

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	126.315,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	95.305,26
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.000,00
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	48.249,27
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	22.920,06
OBRAS E INSTALACOES	12.856,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	12.094,60

Os gastos relacionados com viagens na ação Capacitação estão vinculados aos cursos de manejo florestal ministrados na cidade de Paragominas/PA e para os servidores lotados no Centro Nacional de apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOR).

A principal ação do CENAFLOR como área de capacitação é a promoção de atividades em campo, em ações teórico-práticas nas áreas de florestas. Dada as extensões da Amazônia, área foco da atuação, bem como a necessidade de permanência dos capacitandos em campo e em localidades distantes de seus locais de origem (lotação e moradia), é necessário o pagamento de passagens, em geral aéreas, e diárias aos participantes.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Os valores financeiros foram executados conforme a legislação e normas de administração pública federal, mediante processos licitatórios, primando pelos princípios da livre concorrência e estão de acordo com os valores de mercado práticos, com aplicação direta nas atividades finalísticas.

O pagamento de diárias foi realizado de acordo os valores e procedimentos estabelecidos pelo Governo Federal, respeitando-se as modalidades específicas.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque.

A Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLOR), responsável pela ação, ocupa uma área de dentro da sede do Serviço Florestal onde está lotada sua equipe.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

O CENAFLOR para a execução de suas atividades possui como equipe técnica, 3 (três) servidores (2 (dois) analistas ambientais e 1 (um) analista administrativo) e 2 (dois) funcionários terceirizados (nível médio). O CENAFLOR busca promover a motivação de sua equipe técnica por meio da alocação dos funcionários em atividades de seu interesse e perfil.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Quanto a este item, ressalta-se a iniciativa do CENAFLOR ter intensificado a realização das ações de capacitação previstas de forma conjunta com outras instituições, buscando o envolvimento efetivo das mesmas em iniciativas que visam a capacitação e difusão de tecnologias e conceitos de uso dos recursos florestais.

Tendo realizado as ações de forma conjunta, com outras iniciativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(INCRA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), parte das despesas relativas a execução das atividades de capacitação e difusão sobre atividades florestais, foram custeadas por estas instituições.

Corroborando com esta informação, o fato de que, ao menos 9 eventos realizados em campo (em localidades na Amazônia), em conjunto com o MMA, envolveram a participação de representantes locais em número de 40 a 50 pessoas por evento, sem que fosse necessário o pagamento de despesas quanto a logística, tais como : alojamento, diárias, transporte, para que tal participação fosse efetivada. Isto promoveu com que o público alvo fosse atingido conforme meta prevista, sem a necessidade de aplicação de recursos orçamentários elevados.

Entende-se que as estratégias de execução implementadas são adequadas por : (i) valorizar o envolvimento de entidades parceiras, inclusive com pagamento compartilhado de despesas, e (ii) buscar eficiência na aplicação dos recursos públicos.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado para a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em atendimento ao projeto UTF/062, referente a consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.10. Ação 6035- Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

Tabela XX- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar pesquisas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico subsidiando a formulação e a implementação de normas de acesso e uso dos recursos florestais e orientando para o melhor aproveitamento dos produtos de origem florestal.
Descrição	Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas e gerando renda e promovendo a inclusão social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Marcus Vinícius da Silva Alves
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XXI – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.447.021	1.799.999	508.481	155.964	28,25%
Física	18,00		12,00		66,67%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = unidade de pesquisa realizada

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

MATERIAL DE CONSUMO	299.981,99
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	87.075,78
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	50.665,90
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	28.437,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.000,00
OBRAS E INSTALACOES	14.874,15
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.451,67
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	825,00

Todos os gastos realizados com diárias e passagens ligadas à ação Pesquisa e Desenvolvimento Florestal foram realizados por pesquisadores do Laboratório de Pesquisas Florestais (LPF), com o objetivo de participação de seminários, congressos e visitas técnicas, além de viagens para apresentação de trabalhos científicos e visitas a campo.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Por suas características peculiares como Centro Especializado na realização de pesquisas científica e tecnológica em produtos florestais, o LPF adquiriu materiais laboratoriais, como gases, reagentes químicos, indicadores, vidrarias, relês de estado sólido e uma caixa para montagem de equipamento, lâmpada de deutério e controladores eletrônicos de temperatura. Esse material é destinado ao atendimento de suas demandas de pesquisa científica e tecnológica e são imprescindíveis para que o LPF cumpra sua missão. Também foram adquiridas persianas para algumas áreas de pesquisa do LPF.

Para a execução de suas atividades com a eficiência e abrangência necessárias, a infraestrutura do LPF é composta por sete áreas de pesquisas distintas e equipadas: Anatomia e Morfologia, Biodegradação e Preservação, Energia da Biomassa, Engenharia e Física, Produtos, Secagem e Química, Adesivos e Borracha Natural. Essas áreas ocupam uma área aproximada de 4.500 m² distribuídos em vários prédios.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Em 2008, a ação Pesquisa e Desenvolvimento Florestal contou com 55 (cinquenta e cinco) colaboradores (48 servidores permanentes, 6 funcionários terceirizados e 1 pesquisador da cooperação técnica com o Cirad), para a consecução das atividades previstas.

A equipe de técnicos e pesquisadores do LPF participou, em 2008, de ações de capacitação e treinamento, visando manter o nível de qualificação e atualização científica e tecnológica em padrões que permitam alcançar a excelência no desempenho das atividades

relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento. Descrevemos a seguir os principais destaques: 3 (três) servidores completaram o doutorado na Universidade de Brasília; 1 (uma) servidora participou de treinamento sobre Espectroscopia de refletância de infravermelho no Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento-CIRAD/França, e outros 5 (cinco) participaram do curso de Manejo florestal para tomadores de decisão no Instituto Floresta Tropical, PA.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Para viabilizar a execução da ação “Pesquisa e Desenvolvimento Florestal” e alcançar os resultados de forma satisfatória, foram firmados alguns contratos, a maioria deles relacionados a atividades laboratoriais, na área de análises químicas e de características da madeira e de produtos não madeireiros ou relacionados à adequação da estrutura física do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

Em virtude da reorganização institucional ocorrida no âmbito do MMA e vinculadas, tornou-se essencial a integração do LPF e do CENAFLOR a rede física de dados do MMA que atende o Serviço Florestal Brasileiro, dessa forma foi contratada empresa para realizar conexão da rede lógica e de telefonia do LPF e do CENAFLOR à rede do MMA.

Em relação às atividades de pesquisa, foi contratada empresa para prestação de serviços de calibração, limpeza e ajuste em balanças eletrônicas e micropipetas, realização de manutenção corretiva nos compressores de ar do LPF; de manutenção corretiva no espectrofotômetro e adquiridos materiais laboratoriais, gases e reagentes químicos, reles de estado sólido e uma caixa para montagem de equipamento, lâmpada de deutério e controladores eletrônicos de temperatura.

Também foi contratada empresa para manutenção corretiva e placas de computadores; contratação de empresa para elaboração de projeto-básico visando à realização de obras no LPF; de manutenção nas portas de vidro do LPF; de manutenção na rede elétrica interna e de manutenção nos aparelhos de ar condicionado.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Não houve.

2.3.2.11. Ação 8298 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável

Tabela XXII- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar projetos orientados ao desenvolvimento do setor florestal nacional destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.
Descrição	Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao FNDF, para aplicação, prioritária, em projetos nas seguintes áreas de: I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II - assistência técnica e extensão florestal; III- recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII - educação ambiental; VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Marco Giovanni Clemente Conde
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XXIII – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	2.500.000	2.500.000	0	0	0,00%
Física	20,00		0,00		0,00%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = unidade de projeto apoiado

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Não foram realizadas despesas nesta ação, em virtude da assinatura dos primeiros contratos de concessão florestal terem ocorrido apenas no mês de setembro de 2008, não havendo tempo hábil para que os concessionários implementassem os Planos de Manejo Florestal nas Unidades de Manejo concedidas, não havendo, portanto, receita para desenvolvimento da Ação.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

A fonte de financiamento prevista para a implementação da ação foi a arrecadação de recursos provenientes da produção florestal das Unidades de Manejo Florestal (Fonte 129), prevista como arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, conforme disposto no Art. 39 da Lei 11.284/2006.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Não foram efetuados gastos na Ação neste exercício.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Não foram efetuados gastos na Ação neste exercício.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

A ação não imobilizou servidores no corrente exercício, apenas a área de Gestão do FNDF foi determinada, para situar-se na Gerência Executiva de Fomento e Gestão do FNDF, que preparou os documentos iniciais para regulamentação do FNDF, apresentados ao Conselho Consultivo do Serviço Florestal Brasileiro e colocados em consulta pública na rede mundial de computadores.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não foram efetuados gastos na ação neste exercício.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Não foram efetuadas contratações ou parcerias na Ação neste exercício.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Não foram efetuadas transferência de recursos vinculados à ação.

2.3.2.12 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

Tabela XXIV- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.
Descrição	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; Promoção da capacitação de comunitários e técnicos, para o controle florestal, para o manejo florestal comunitário, para a prestação de assistência técnica florestal, para o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Márcia Regina De Carvalho S. G. Muchagata
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XXV – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	2.100.000	2.100.000	752.916	296.972	35,85%
Física	100.000,00		190.000,00		190,00%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = ha de área manejada

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

SERVICOS DE CONSULTORIA	362.880,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	117.569,93
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	100.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	67.597,50
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	40.490,60
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	9.862,71
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.266,90
MATERIAL DE CONSUMO	817,87

Os recursos de diárias e passagens foram utilizados para trabalhos de campo realizados na região da BR 163 no Pará e na área de abrangência da Unidade Regional do Purus Madeira, em Rondônia, envolvendo missões de seleção de áreas para apoio ao Manejo Florestal Comunitário, levantamento sócio-econômico de áreas com comunidades a serem apoiadas, participação de eventos de formação em manejo florestal comunitário e eventos de articulação institucional, principalmente nos estados de Rondônia e Pará.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque.

A Gerência de Florestas Comunitárias, responsável pela ação, ocupa uma área de dentro da sede do Serviço Florestal onde está lotada sua equipe.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

Com certeza o maior entrave para o melhor desempenho é a carência de recursos humanos. Embora a Lei de Gestão de Florestas Públicas tenha previsto a requisição de funcionários o processo de requisição desses servidores não funcionou, pois a maioria perde sua gratificação quando desempenha suas funções fora do órgão de origem.

Dessa forma ao longo de 2008 contamos com 3 (três) servidores efetivos, 1 (um) servidor temporário e 1 (um) servidor com cargo comissionado. Quadro irrisório para promover o fomento de atividades comunitárias em mais de 120 milhões de hectares.

Durante o ano os servidores passaram por diferentes atividades de capacitação, de acordo com sua área de atuação. Particular atenção foi dada aos temas Manejo Florestal, moderação de oficinas e levantamento de cadeias produtivas.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia. Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

A principal forma de execução de atividades se deu na forma de contratação, via pregão, modalidade essa que deve ser reforçada em 2009. Os editais elaborados demandaram grande tempo de trabalho na elaboração cuidadosa dos termos de referência e o processo de análise jurídica foi bastante moroso, inclusive inviabilizando algumas contratações previstas em 2008.

Foi contratada a Associação Plantas do Nordeste para prestação de serviço de assistência técnica florestal em 13 assentamentos do sertão pernambucano e a Associação Andiroba para serviço de consultoria para execução do Inventário Florestal Diagnóstico do Projeto Florestal de Jequitibá, em Rondônia.

Estudos e levantamentos de comunidades em florestas públicas têm sido realizados para atender a dois objetivos principais: O primeiro deles é fazer a identificação de eventuais comunidades locais nas áreas previstas para concessão florestal. O segundo é identificar comunidades em florestas públicas com interesse em realizar manejo florestal visando apoiá-las com ações de fomento.

Como parte da preparação do processo de concessão florestal na Flona Saracá-Taquera foi feito levantamento de populações tradicionais nesta UC. Embora esta floresta nacional já contasse com plano de manejo, apenas as comunidades quilombolas estavam adequadamente identificadas. O estudo levantou a presença de comunidades ribeirinhas e de agricultura familiar de terra firme nas porções norte, leste e sul da FLONA. Estas áreas foram excluídas dos lotes de concessão.

Em 2008 foram realizadas duas visitas técnicas com foco em Manejo Florestal Comunitário. A primeira delas teve como objetivo conhecer as experiências exitosas de MFC no México e Guatemala, que são referência internacional em empreendimentos florestais comunitários. Além de técnicos do Serviço Florestal participaram tomadores de decisão do Incra, da Funai, do ICMBio, do Ibama e também do CTA, organização não governamental que coordena GT de MFC da sociedade civil. O principal desdobramento desta viagem foi a organização de reuniões de trabalho envolvendo todos os participantes com o objetivo de definição de áreas prioritárias e articulação de ações conjuntas de apoio ao manejo florestal nas diferentes modalidades de florestas públicas.

A segunda visita técnica foi realizada para a Caatinga, entre os dias 23 e 26 de novembro, com o apoio da UAP/NE. Foram visitadas experiências de MFC em assentamentos de Pernambuco e Paraíba, a usuários de carvão vegetal e realizados contatos com as instituições governamentais e não governamentais que apóiam o MFC na região.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado para a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação um valor de R\$ 100.000,00 em atendimento ao projeto UTF/062, referente a consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.13 Ação 8304 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

Tabela XXVI- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas
Descrição	Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Tasso Rezende de Azevedo
Gerente-Executivo	Gustavo Chaves Machado
Unidades executoras (1)	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	-
Competências institucionais requeridas para execução da ação	-

Tabela XXVII – Metas e Resultados da Ação

Meta	Previsão		Execução		Execução/ Previsão %*
	LOA	Liberado	Liquidado	Pago	
Financeira	1.200.000	1.200.000	54.144	5.424	4,51%
Física	193.000.000,00		211.000.000,00		109,33%

Fonte em 31/12/2008: SIAFI (financeira) e SIGPlan (física)

Execução Física: produto = ha de floresta cadastrada

*calculado com base na execução financeira liquidada

a) despesas orçamentárias vinculadas à ação, detalhadas por grupo de natureza de despesa. As despesas com diárias e passagens devem ser especificadas, com a contextualização do consumo destes elementos de despesa em suporte à execução da ação

Principais despesas da ação/passagens e diárias:

EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.720,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.330,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.629,92
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	464,50

As despesas com diárias foram referentes ao trabalho de inclusão da Floresta Nacional de Jamari no Cadastro Nacional de florestas Públicas.

Os recursos de passagens e despesas de locomoção custearam a locomoção entre Brasília e Porto Velho.

b) principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância

Recurso ordinário do Tesouro Nacional.

c) grau de adequação dos valores dos gastos a parâmetros competitivos de mercado;

Praticamente todos os processos de compra ou contratação de serviços são feitos mediante processo licitatório na modalidade pregão eletrônico precedido de pesquisa de mercado para ser usado como parâmetro de referência.

d) recursos materiais consumidos no exercício (materiais de expediente e infra-estrutura física disponibilizada à ação);

Os materiais de expedientes consumidos são relacionados a atividades de escritório (papel, toner), não tendo nenhum material que mereça destaque.

A Gerência de Cadastro, responsável pela ação, ocupa uma sala no Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLO), com estrutura para abrigar 3 (três) funcionários.

e) recursos humanos utilizados na execução da ação; a UJ deverá demonstrar a observância da política e das diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; nesse sentido, a UJ deve discorrer se as políticas de pessoal (recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho) estão sendo executadas de forma a reduzir a distância entre as competências individuais apresentadas pelos servidores e aquelas institucionais requeridas pela ação;

O baixo número de funcionários, 3 (três) no início do ano e somente 1 (um) no fim do ano, no quadro da Gerência Executiva do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e os impasses de âmbito jurídico e de planejamento institucional, interferiram negativamente na execução serviços e contratações de demarcação em outras áreas.

Os recursos humanos utilizados na execução da ação do PPA contemplaram em parte o que tange aos itens referidos pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

O desenvolvimento permanente dos servidores públicos não foi contemplado com treinamentos *in loco* no objeto dos repasses e contratação dos serviços.

A adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual foi realizada com a requisição de servidores da administração pública federal atuante no ramo de sensoriamento remoto e geoprocessamento, com nomeação para o cargo comissionado para chefia de divisão de identificação de florestas públicas no âmbito da gerência executiva do cadastro nacional de florestas públicas.

O baixo número de funcionários no quadro da Gerência executiva do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e os impasses de âmbito jurídico e de planejamento institucional, interferiram negativamente na execução serviços e contratações da ação de cadastramento das florestas públicas.

f) eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta, em suma, os problemas principais que foram detectados por seus controles internos, pelas contribuições da CGU, do TCU ou de quaisquer outras fontes relevantes, incluída eventualmente a mídia.

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

Quanto aos insucessos, devem ser destacadas as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências corretivas a serem adotadas;

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

g) comentários sobre a importância das contratações e parcerias realizadas no exercício para viabilizar a ação e o alcance dos resultados;

Os serviços de Terceiros Pessoa Jurídica foram utilizados na locação de equipamentos de rastreamento por satélite em modo diferencial (DGPS), a serem utilizados nas atividades de cadastramento da Floresta Nacional do Jamari.

h) recursos transferidos (valores pagos) vinculados à ação, com dados que evidenciem participações relativas úteis à percepção da abrangência da ação governamental (participação relativa dos volumes transferidos por região e UF, por tipo de conveniente etc.); sobre as transferências, podem ainda ser destacadas;

Foi repassado para o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais o valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para aquisição de imagens.

O objetivo do repasse foi iniciar a viabilidade do levantamento da dinâmica da cobertura florestal das terras públicas contidas no Bioma Amazônia, entre 2006 e 2008, a partir da aquisição de imagens orbitais dos satélites DMC (Disaster Monitoring Constelation) em 2008. Essas imagens comparadas às imagens de arquivo dos satélites Landsat e CBERS, disponíveis no INPE, serão os insumos para a atualização do Mapa de Cobertura Vegetal nas Terras Públicas na Amazônia para o ano de 2006. O resultado possibilitará ao Serviço Florestal Brasileiro a confecção de mapas de florestas sob controle da Lei de Gestão de Florestas Públicas, discriminando a vegetação em suas classes de formação e identificando áreas de florestas secundárias.

Desde 1988 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realiza anualmente o inventário de perda de floresta primária por corte raso através de seu Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (PRODES), o que fornece informação sobre a cobertura florestal primária remanescente na área Amazônia Legal.

Os dados do PRODES não atendem as necessidades do SFB por dois motivos: 1) o PRODES não discrimina a cobertura florestal remanescente em tipos de cobertura, agregando em uma única classe todas as coberturas vegetais primárias com estrutura florestal. 2) O PRODES é um inventário bruto da perda de cobertura florestal na Amazônia Legal, o que significa que áreas mapeadas como desmatadas não são mais monitoradas em anos subsequentes. Nos mapas do PRODES, áreas regeneradas por abandono de uso são assinaladas como desmatadas, mesmo que esta regeneração esteja em curso há vinte anos, tempo de operação do PRODES.

Há um grande esforço do SFB em conjunto com outras instituições governamentais, como IBAMA, FUNAI, SPU e INCRA no sentido de inventariar todas as Terras Públicas, com destinação ou não, existentes no país. Este é um trabalho em andamento que já identificou cerca de 30% da área do Bioma Amazônia como Terras Públicas sob a destinação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Os dados da dinâmica servirão para atender as necessidades do SFB de produzir um inventário do objeto de sua gestão, Florestas Públicas existentes no ano da promulgação da Lei de Gestão Florestal e acompanhar sua evolução durante o período de vigência da Lei.

De especial aplicação para esta informação é o processo de regularização e implementação da gestão nas áreas de florestas públicas das Unidades Regionais, tanto da BR 163 como do Purus-Madeira. Estas áreas apresentam problemas de ocupação irregular e devastação de áreas de florestas públicas que só poderão ser sanados quando o Serviço Florestal Brasileiro for detentor de um Mapa Zero que estabeleça o divisor de águas da situação pré e pós a Lei 11.284/06.

• vantagens e eventuais desvantagens da descentralização de recursos, considerando a abrangência da ação e a capacidade instalada da unidade jurisdicionada, para o atingimento da meta da ação e do objetivo do programa

As vantagens da descentralização no caso das ações de cadastramento das florestas públicas se dão com a possibilidade de executar os serviços com o apoio de centros especializados em diversos assuntos como o sensoriamento remoto, o levantamento fundiário, a classificação da tipologia vegetal e etc. Com a atual capacidade de instalação da gerência executiva do cadastro nacional de florestas públicas, a gerência executiva de administração e logística e a assessoria jurídica do Serviço Florestal Brasileiro o repasse se configura a melhor das alternativas.

• critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos

Os principais critérios utilizados para o repasse foram:

a) elaboração e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

b) estabelecimento de Plano de Trabalho, com descrição dos produtos a serem entregues, prazos, cronograma físico-financeiro descritos no Cronograma de Desembolso

c) acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;

• problemas relativos a inadimplência quando a recursos transferidos, complementados por informações sobre as providências tomadas para evitar perdas e/ou reaver valores

Não houve.

2.4. Desempenho Operacional

Para o exercício de 2008, apesar de ter sido previsto o início das atividades de exploração relacionadas aos primeiros contratos de transição assinados, não houve arrecadação proveniente desse mecanismo, uma vez que o processo licitatório tomou um tempo muito maior que o inicialmente estimado, em função da qualidade das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes e pelos diversos recursos impetrados, especialmente na fase de habilitação.

Por essa razão, será apresentado exclusivamente o desempenho relacionado ao Resultado de Operacionalização dos Contratos de Transição para a continuidade das atividades de manejo florestal sustentável, que possui indicador já desenvolvido.

2.4.1. Operacionalizar os Contratos de Transição, previstos no art. 70 da Lei no 11.284, de 2006

O principal indicador empregado para a atividade de Concessões Florestais é o **pagamento dos preços dos produtos florestais**. Outros indicadores relacionados ao monitoramento de florestas públicas, o apoio ao manejo.

a) Utilidade

O indicador corresponde à receita financeira própria, obtida com base em um método de cálculo do valor a ser pago. As variáveis são dadas com base no preço do metro cúbico da madeira por categoria de espécies e pela volumetria que é calculada em metros cúbicos.

b) Tipo: eficácia, eficiência ou efetividade

Eficiência: O indicador valoriza de forma diferenciada o tipo de madeira explorada, otimizando os recursos naturais que são extraídos da floresta. O indicador evita com que haja um processo de subvalorização no momento da extração da madeira, pois os preços são definidos conforme a categoria de espécie de madeira transportada atribuindo preços diferenciados.

c) Fórmula de cálculo

O valor a ser pago mensalmente é definido pela seguinte equação:

$$\text{PGMês} = [\text{VPA} \times \text{Preço A}] + [\text{VPB} \times \text{Preço B}] + [\text{VPC} \times \text{Preço C}] + [\text{VPD} \times \text{Preço D}]$$

Onde:

PGMês = Pagamento do mês de referência

VPA = Volume das espécies da categoria A transportadas no mês de referência

VPB = Volume das espécies da categoria B transportadas no mês de referência

VPC = Volume das espécies da categoria C transportadas no mês de referência

VPD = Volume das espécies da categoria D transportadas no mês de referência

Preço A = Preço por M3 da espécie A

Preço B = Preço por M3 da espécie B

Preço C = Preço por M3 da espécie C

Preço D = Preço por M3 da espécie D

d) Método de Aferição

O volume das espécies será equivalente ao volume explorado e transportado e será calculado em metros cúbicos de toras, com base no volume geométrico expresso nos Documentos de Origem Florestal (DOF). O Detentor do Plano de Manejo (DPM) efetuará o pagamento até o 10º dia útil de cada mês, iniciando-se pelo mês subsequente àquele da assinatura deste Contrato, na forma indicada pelo Ministério do Meio Ambiente/Serviço Florestal Brasileiro. Para o cálculo do preço, considerar-se-á o volume explorado e transportado no intervalo entre o primeiro e o último dia útil do mês anterior ao mês do pagamento. Assim, por exemplo, o pagamento a ser efetuado até o 10º dia útil do mês de abril será calculado em função do volume explorado e transportado entre os dias 1º e 31 de março.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

Serviço Florestal Brasileiro

f) Resultado do indicador no exercício

O valor total pago nos contratos de transição em 2008 foi de R\$ R\$ 1.563.393,68 e a volumetria total de madeira extraída e transportada por detentores com Contratos de Transição firmados com Serviço Florestal Brasileiro foi de 86.438,43 metros cúbicos.

Valores arrecadados com Contratos de Transição - Ano 2008				
Emissão	Código	Recolhedor	Valor Arrecadado	Detentor do PMFS
11/jan	10110	3945278000120	R\$ 137.894,41	Precious Woods Belém LTDA
11/fev	10110	3945278000120	R\$ 190.133,95	Precious Woods Belém LTDA
15/fev	10110	12467367215	R\$ 127.969,27	Cláudio Almeida
11/mar	10110	3945278000120	R\$ 157.598,05	Precious Woods Belém LTDA
8/abr	10110	3945278000120	R\$ 60.703,14	Precious Woods Belém LTDA
17/abr	10110	58317880672	R\$ 52.730,69	Nilton Lourenço de Resende Jr.
12/mai	10110	58317880672	R\$ 9.391,15	Nilton Lourenço de Resende Jr.
9/jun	10110	3945278000120	R\$ 5.195,33	Precious Woods Belém LTDA
11/jul	10110	47344695987	R\$ 2.021,60	Hélio Dalagnol
12/ago	10110	3213102253	R\$ 18.957,40	Adelar de Souza
13/ago	10110	3945278000120	R\$ 179.909,27	Precious Woods Belém LTDA
5/set	10110	3945278000120	R\$ 189.483,03	Precious Woods Belém LTDA
8/set	10110	3213102253	R\$ 28.292,38	Adelar de Souza
7/out	10110	3945278000120	R\$ 63.122,74	Precious Woods Belém LTDA
15/out	10110	3213102253	R\$ 17.880,11	Adelar de Souza
12/nov	10110	3945278000120	R\$ 221.926,03	Precious Woods Belém LTDA
10/dez	10110	3945278000120	100.185,13	Precious Woods Belém LTDA
Total Arrecadado:			R\$ 1.563.393,68	

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Não houve nenhuma disfunção.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis

Não foi aplicada nenhuma medida, pois não houve insucesso na implementação do indicador.

2.4.2. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006 (R\$)	2007 (R\$)	2008 (R\$)
1. PASSAGENS	0	110.000,00	817.656,71
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	0	50.084,12	348.731,26
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0	0	539.482,99
3.1 Publicidade	0	0	0
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	0	0	0
3.3 Tecnologia da Informação	0	0	0
3.4 Outras Terceirizações	0	0	539.482,99
4. CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO	0	11.897,04	27.015,21
TOTAIS	0	171.981,16	1.732.886,17

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	-	-	-	-	-	-	-	-
2007	1.832.399,07	-	1.317.970,00	514.429,07	-	-	-	-
2008	3.919.405,18	-	484.664,64	3.430.927,54	-	-	-	-
Total	5.751.804,25	-	1.802.634,64	3.945.356,61	-	-	-	-

Os restos a pagar referente ao exercício de 2007 foram contratos celebrados com o IPAN – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, em estudo para a realização da Macrofauna do APA-Tapajós, com a ECO Florestal, em realização do inventário florestal da flona de Saracá-Taquera, com a Pereira & Beckmann, em realização do inventario florestal das flonas Altamira e Caxiuanã e com a STCP Engenharia de Projetos em realização do inventário florestal do APA Tapajós.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro - Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência, etc...	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e beneficiado)	Situação da avença (alcance dos objetivos e metas, prestação de contas, sindicância)
Voluntária		Processo: 02000.002266/2008-88 Termo: 01/2008 Assinatura: 20/08/2008 Vigência: 20/08 a 31/12/2008	Monitorar floresta pública sob contrato de transição no Pará	21/8/2008	10.000	10.000	-	IBAMA	Metas atingidas
Voluntária		Processo: 02000.003378/2008-56 Termo nº 02/2008 Assinatura: 22/12/2008 Vigência: 22 a 31/12/2008	Levantamento da cobertura florestal em terras públicas do bioma Amazônia	Não houve	650.000	650.000		INPE	Aguardando prestação de contas

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro, uma vez que o pagamento de previdência complementar do órgão é realizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos Externos

Quadro - Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação (Código do Projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsão	Realizado		Motivo (amortiza- ção, Paga- mento de juros, comis- são de compromis- so, outros)	Valor no ano	Valor acumula- do no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto PD 142/02 – Produção Sustentável em Florestas Nacionais sob o Sistema de Concessões Florestais – Financiado pelo ITTO-International Tropical Timber Organization – origem: alemã.	US\$ 791.881,00	US\$ 698.000,00	US\$ 451.741,36	-	-	-	-	As atividades de campo para realização do Inventário Florestal e do Levantamento Sócio-econômico demoraram mais tempo que o previsto em razão do clima e das demais dificuldades da região amazônica.	Prorrogação do prazo para até dezembro de 2009.

8. Renúncia Tributária

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

10. Operações de fundos

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

11. Despesas com Cartão de Crédito

Quadro - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

	Fatura		Saque	
	Quantidade(1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	20	R\$ 4.716,04	21	R\$ 7.181,00
2008	39	R\$ 27.015,21	24	R\$ 6.228,00

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: 80.000,00

Natureza dos gastos permitidos: para suprimentos de fundos

Limites Concedidos a cada portador:

Portador	Limite
Anna Fanzeres	14.549,09
Cláudia de Azevedo Ramos	2.247,92
Cristina Galvão	600,00
Daliane de Sousa	4.000,00
Fernando Ludke	2.000,00
Hugo Silva	8.000,00
Jefferson Amaro	11.910,00
José Natalino	16.000,00
Luiz Carlos de Miranda Joels	24.200,00
Luiz Motta	8.100,00
Márcia Muchagata	10.700,00
Marcus Vinícius	6.000,00
Maurício Azeredo	32.000,00
Raquel Breda Santos	5.000,00
Zenon Lopes	1.670,00
Total	146.977,01

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Número de relatório

Relatório de Auditoria n. ° 190524

Descrição da Recomendação

Valor pago a maior para servidor:

Rafael Pinzon Rueda – “Participar do Seminário de lançamento do Plano de Manejo, reunião do Conselho Consultivo e levantamento sócio econômico dos moradores e residentes e do entorno da Flona Caxiuanã, trabalhos referentes ao Projeto PD 142/02 Ver. 2 (F) “Produção Sustentável de Florestas Nacionais sob o regime de Concessão Florestal”, levantamento social – período de 24 a 30/10/2005 – local Brasília/Breves/Brasília – valor recebido – R\$ 750,00 – no relatório de viagem, o servidor informa que recebeu 6,5 diárias mas somente utilizou 5,5, tendo devolvido uma, por ter embarcado um dia depois do programado, ou seja, dia 25/10; entretanto, o canhoto do bilhete de passagem aérea aponta o dia 29/10 como data de retorno, portanto deveria ter devolvido mais uma diária e não o fez.

Recomendação

Que seja recolhido à conta do Projeto o valor de R\$ 103,08, referente a uma diária, caso a Unidade obtenha êxito no recebimento desse montante junto ao consultor.

Setor responsável pela implementação

COFIN – Coordenadoria Financeira

Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Em atendimento a recomendação relatada, referente ao recolhimento de uma diária, fornecida a mais ao consultor decorrente de uma viagem realizada em 2005, informamos que o recolhimento foi efetuado, no valor de R\$ 111,54 – 2008RA000001.

13. Determinações e recomendações do TCU

Em resposta às recomendações do TCU quanto ao relatório das contas de governo, foi esclarecido, em janeiro de 2009, que o Serviço Florestal foi criado em meados de 2006, consonante à Lei nº 11.284/2006. Por essa razão, não houve tempo hábil para inserção de ações no Orçamento Geral da União no mesmo exercício. Como o Órgão ainda era insipiente, as ações foram focadas em nomear os servidores para os cargos criados e para definição das ações que seriam realizadas em 2007.

Já em 2007, a informação constante no aludido relatório estava incorreta. O Serviço Florestal contou com 4 (quatro) ações orçamentárias neste exercício, no Programa Nacional de Florestas, tendo executado mais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Sendo assim, a recomendação para que seja criada unidade gestora para o Serviço Florestal Brasileiro é inócua, pois em 2007, já estava em pleno funcionamento a UG 440075.

No que tange ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, cabe ressaltar que este Fundo conta com recursos oriundos de arrecadação própria dos contratos de transição das concessões florestais e dos processos licitatórios de concessão florestal, de acordo com a lei nº 11.284. Durante o ano de 2007 e também 2008, o Serviço Florestal iniciou o processo de assinatura com os concessionários dos contratos de transição e realizou 2 (dois) processos licitatórios para concessão de florestas públicas. O FNDF também passou pelo processo de criação de suas diretrizes e de aprovação pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas – CGFLOP de quais seriam suas linhas de atuação. Assim sendo, a execução do FNDF iniciará apenas no exercício de 2009, quando será criada a Unidade Gestora para esse fim.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Conforme informado anteriormente o Serviço Florestal Brasileiro não tem quadro próprio, sendo seu quadro composto por servidores requisitados, nomeados em cargo de confiança sem vínculo, servidores temporários e terceirizados. A gestão de recursos humanos do órgão é realizada pela Coordenação de Recursos Humanos do ministério do Meio ambiente. Pelo exposto, o item 14 não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC Quantidade
Requisições	20	-
Aposentadoria	0	-
Concessão de pensão	0	-
Redistribuição	52	-

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	0	-	0	-	6	396.052,00
Funcionários Contratados-CLT em exercício na Unidade	0	-	0	-	0	-
Total de pessoal próprio	0	-	0	-	6	396.052,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	4	-	7	-	18	1.110.114,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	4	-	3	-	3	218.760,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	0	-	0	-	0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	3	-	13	-	43	561.790,00
Pessoal Terceirizado Outras atividades	0	-	0	-	0	
Estagiários	0	-	3	-	1	8.808,00
Total Pessoal Terc+ Estag	3	-	16	-	44	570.598,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	-	0	-	0	
Pessoal Requisitado em exercício na unidade, sem ônus	0	-	11	-	18	709.415,00
Total Pessoal Requisitado	0	-	11	-	18	709.415,00

Devido à recente criação do Serviço Florestal Brasileiro - SFB através da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 e posterior Contrato de Gestão e Desempenho nº 1/2007, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, conforme publicado no Diário Oficial da União em 1º de outubro de 2007, conferindo ao SFB autonomia administrativa e financeira, o SFB não possuía recursos para custeio de despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes antes do ano de 2008. O custeio de pessoal era realizado através do Ministério do Meio Ambiente no montante orçamentário destinado ao órgão, impossibilitando a aquisição de dados orçamentários específicos de pessoal relativo ao Serviço Florestal Brasileiro nos períodos anteriores.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Uma das contas contábeis transitórias passou do ano de 2008 para 2009 com saldo, em razão de quatro suprimentos de fundos não terem sido finalizados no sistema. Tal fato aconteceu por falta de evento contábil. Tanto a Setorial do MMA como a STN foram informadas a tempo, mas não conseguiram resolver o problema antes do final do exercício. O problema foi resolvido em 2009.

Apenas na segunda quinzena de dezembro de 2008 o IBAMA conseguiu finalizar o processo de doação dos bens do Laboratório de Produtos Florestais, somando mais de dois mil itens. Em razão disso, não houve tempo hábil para inseri-los no sistema de patrimônio antes do final do exercício, gerando pendência na respectiva conta contábil. O problema também já foi resolvido em 2009.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não se aplica.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440056/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Osvaldo', written over a circular stamp or seal.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440075/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Saldos alongados em contas transitórias do Passivo Circulante – Restrição 203

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440088/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, de março de 2009.


OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

Proclaf 0000

Serviço Florestal Brasileiro

www.florestal.gov.br

SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H

70.818-900 / Brasília - DF

Tel. +55 61 3307-7272 / +55 61 3307-7269 (Fax)